

Protecionismo e Livre-cambismo

Iara Régia V. Santos
Graduanda do Curso de Administração e Finanças

RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e Câmbio.* 9ª Ed.,p. (342- 347)

Segundo o autor, a relação conflito entre o protecionismo e o livre-cambismo, duas correntes opostas da política econômica moderna, atingiu o seu ponto máximo no século XIX.

Adam Smith formulou uma teoria que afirma que a riqueza está associada ao incremento da produtividade do trabalho. A divisão do trabalho gerada pelo fluxo livre de mercadorias premia as vantagens comparativas dos produtores mais eficientes, ampliando a riqueza geral.

Quanto as medidas protecionistas, além de contribuírem para aumento geral dos preços dos alimentos no mercado interno, ajuda a concentrar a renda nas mãos dos setores mais atrasados da economia.

Conforme Ratti, a defesa do livre-cambismo parte da argumentação que para alcançar a maior eficiência possível às necessidades do consumo interno, é indispensável comercializar com diversas regiões do mundo. Nenhuma nação consegue viver isoladamente, pois sua auto-suficiência é utópica. Por mais rico que seja o país, sempre carecerá de insumos necessários para a fabricação de determinados bens e serviços.

Segundo o autor, a política protecionista pode ser aplicada em diferentes graus de intensidade. O protecionismo agressivo, quando o país rompe todos os laços internacionais com um ou mais países, chegando a impedir a entrada de produtos que a nação não pode produzir. O acidental ou defensivo, aplicado ante a ameaça de um dumping, por parte de outros países. O moderado ou de desenvolvimento, no qual não se fazem proibições ou não se levantam barreiras senão aquelas necessárias ao desenvolvimento econômico da nação.

Muitos países, pretendendo proteger seus mercados locais, aplicam um conjunto de medidas como taxas, tarifas, cotas, entre outros, sobre produtos importados, tornando-os caros e inviabilizando sua aquisição pelo mercado interno.